



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA SRRF10 Nº 2/2019
Processo administrativo nº 11000.720284/2019-99

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
QUANTO À IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA CONTRA O EDITAL DA CONCORRÊNCIA SRRF10 Nº 2/2019

Senhor Chefe da Divisão de Programação e Logística da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal:

Em razão da peça impugnatória aos termos do edital da Concorrência SRRF10 nº 2/2019 apresentada pela empresa Multi Armazéns Ltda., CNPJ nº 02.252.501/0001-76, a Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria SRRF10 nº 182, de 29 de abril de 2019, apreciou os termos da referida peça, resultando no presente relatório, conforme abaixo:

1. HISTÓRICO

- 1.1. O presente procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, sob o nº 2/2019, conduzido no processo administrativo nº 11000.720284/2019-99, tem por objeto deferir a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias, pelo prazo de vinte e cinco anos, em Porto Seco, para carga geral e outras, a ser instalado no Município de Novo Hamburgo/RS, conforme detalhado no Edital e seus anexos.
- 1.2. O instrumento convocatório, após devidamente aprovado pela Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 4ª Região através do Parecer SEI nº 1932/2019/ME, confirmado pelo Despacho/PGFN/PRFN4R nº e-473/2019, foi publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, Seção 3, pág. 51, em 10/10/2019 e nos Jornais Correio do Povo, pág. 20, e NH, pág. 15, ambos na edição de 10/10/2019, além da disponibilização do Edital e seus Anexos no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, sendo marcada a abertura do certame com o objetivo de recebimento dos envelopes de proposta de preços e de habilitação para a data de 18/11/2019, às 09 horas e 30 minutos.
- 1.3. No dia 12 de novembro de 2019 foi recebida impugnação aos termos do edital, apresentada a esta Superintendência pela empresa Multi Armazéns Ltda., CNPJ nº 02.252.501/0001-76, sediada na Rua Guia Lopes, nº 1.701, na cidade de Novo Hamburgo/RS.
- 1.4. De acordo com o previsto no subitem 3.1.5 do Edital, caso a empresa impugnante viesse a participar do certame marcado para a data de 18/11/2019, a tempestividade da impugnação apresentada restaria configurada. Assim, as razões da impugnação, entendemos, devem ser apreciadas.

2. PEÇA IMPUGNATÓRIA

- 2.1. A documentação da peça impugnatória foi protocolizada pela empresa na sede desta Superintendência, conforme previsto no subitem 18.10, II, do Edital, sendo constatado, após análise das argumentações da impugnante, s.m.j., o seguinte:
- 2.2. A impugnante apresenta suas razões, quais sejam:

- a) Insegurança jurídica provocada pela iminente publicação de Medida Provisória veiculando o novo marco regulatório da exploração de Estação Aduaneira de Interior – EADI, mediante licença administrativa;
 - b) Vedação à participação em consórcio;
 - c) Dimensionamento de áreas incompatíveis com o objeto da permissão e incongruentes entre si; e
 - d) Falha na composição das tarifas.
- 2.3. Com relação ao primeiro ponto, resumidamente, alega a impugnante que está em tramitação projeto de Medida Provisória que dispõe sobre a exploração de Estação Aduaneira de Interior – EADI, mediante licença administrativa outorgada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Comprova a alegação anexando cópia do Ofício nº 1.133/2019, datado de 26/07/2019, que encaminha o processo contendo o projeto da Medida Provisória ao Gabinete do Sr. Ministro da Economia. Nesse contexto, defende ser temerária a realização de licitação ante a iminência de alteração do quadro normativo de regência da exploração de serviço de Estação Aduaneira de Interior.
- 2.4. Quanto à impossibilidade de participação de consórcios no certame, refere não haver justificativa técnica a afastar a participação de consórcios. Por não haver justificativa que ampare a vedação, a impugnante conclui que a disposição afronta o princípio da motivação, que deve obrigatoriamente ser observado pela Administração Pública. Cita doutrina e Acórdãos do TCU.
- 2.5. Com relação ao dimensionamento das áreas mínimas exigidas, argumenta que o edital restringe a competitividade na licitação ao exigir dimensões de áreas bastante específicos que, inclusive, seriam incompatíveis entre si. A seguir, aponta as características que entende restritivas:
- a) Exigência de pé-direito livre de 8 (oito) metros;
 - b) Área descoberta de apenas 7.817 m² (sete mil oitocentos e dezessete metros quadrados) para pátio de armazenagem, manobras, estacionamento de veículos, reboques, entre outras atividades; e
 - c) Área de armazenamento de contêiner de apenas 148 m² (cento e quarenta e oito metros quadrados).
- 2.6. No que diz respeito à altura mínima do pé-direito exigida, observa que a atual permissão admite armazéns com 6 m (seis metros) de pé-direito e sem plataformas, sendo que sempre atenderam bem às necessidades aduaneiras. Argumenta que “ao largo dos últimos 20 (vinte) anos, as cargas não superaram 4 (quatro) metros de altura, especialmente porque nenhum veículo de transporte (com ou sem carga) pode, segundo a Resolução n. 12/98, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, superar a altura de 4,4m (quatro metros e quarenta centímetros)”. Apresenta tabela com as dimensões dos armazéns que atualmente dispõe o Porto Seco de Novo Hamburgo afirmando que, embora os seus pés-direitos não atinjam o mínimo de 8 (oito) metros, seu volume de armazenamento satisfaz, com sobras, às demandas da permissão. Junta laudo técnico lavrado por engenheiro civil sobre a possibilidade de utilização de área com pé-direito inferior a oito metros para atendimento do espaço de armazenagem necessário à permissão objeto da Concorrência RFB/SRRF10 nº 2/2019. Sobre esse assunto, cita ainda os termos da Portaria RFB nº 490, de 14 de março de 2019, especificamente o item 3.3.1, inciso V, alínea a, 1, do Anexo I, alegando que “não é dado às Superintendências Regionais inovar em matéria de exigências mínimas dos armazéns”. Discorre acerca do princípio da legalidade.
- 2.7. Quanto à área descoberta, informa que atualmente a permissionária dispõe de área de aproximadamente 70.000 m² (setenta mil metros quadrados), cerca de 9 (nove) vezes maior do que a área mínima exigida no edital. Também afirma ser subdimensionada a área mínima exigida para armazenamento de contêineres, pois na atualidade a permissionária oferece área de 6.300 m² (seis mil e trezentos metros quadrados).

- 2.8. Questiona quais seriam os fundamentos técnicos a amparar as exigências de dimensões mínimas citadas no item 4 deste relatório e por que motivo a finalidade pública desejada não poderia ser atendida com outros requisitos mais amplos. Conclui que a exigência de tais requisitos estaria “direcionando o edital para algumas poucas participantes, deixando de fora outras tantas, cuja participação acirraria a competitividade do certame”. Cita os princípios da legalidade, da amplitude na participação, da finalidade e da razoabilidade.
- 2.9. Finalmente, com relação à alegada falha na composição das tarifas, refere a necessidade de elaboração de “orçamento detalhado em que se possa adequadamente avaliar os custos do objeto licitado, a fim de orientar os critérios e a composição das tarifas que remunerarão a futura permissionária”.
- 2.10. Quanto ao valor das tarifas, discorda do valor da tarifa máxima de armazenagem fixada no edital, de 0,14% (quatorze centésimos por cento) sobre o valor CIF, e considera que houve subdimensionamento dos custos, o que resultou em uma tarifa de armazenagem inferior à atualmente praticada.
- 2.11. Quanto às formas de cobrança, discorda da fixação de apenas uma base de cálculo para a tarifa de armazenagem. Alega que o contrato atual permite que o valor cobrado pela armazenagem das mercadorias seja calculado a partir de três tarifas com bases de cálculo diferentes, sendo assegurada a cobrança pelo maior valor. Informa os valores das tarifas atualmente praticadas, por um período de 10 dias ou fração: 0,27% (vinte e sete centésimos por cento) sobre o valor CIF; R\$ 12,40 (doze reais e quarenta centavos) por m³ ou R\$ 15,59 (quinze reais e cinquenta e nove centavos) por m². Argumenta que há grande variedade entre as mercadorias recebidas pelo Porto Seco nas relações de peso, cubagem, área e valor das mercadorias e que, em razão dessa grande variação, o modelo tarifário atual é o mais correto.
- 2.12. Com base nas argumentações acima citadas, requer a suspensão do processo licitatório até que seja publicado o novo marco regulatório da exploração de EADI ou, caso seja dada continuidade, revisão do edital para:
- a) Permitir a participação de empresas sob a forma de consórcio;
 - b) Modificar as seguintes dimensões: pé-direito livre dos armazéns para fazer constar altura mínima de 6 (seis) metros; área descoberta para fazer constar 30.000 (trinta mil) m²; e área de armazenamento de contêiner para fazer constar 2.500 (dois mil e quinhentos) m².
 - c) Alterar o modelo tarifário para que seja permitida cobrança da armazenagem a partir das tarifas: percentual do valor CIF, valor por m² ou valor por m³, sendo assegurada a cobrança pelo maior valor; e
 - d) Redimensionar os custos da permissionária constantes do Anexo X do instrumento convocatório.

3. ANÁLISE DO MÉRITO

- 3.1. Em relação à alegada insegurança jurídica provocada pela possível publicação de Medida Provisória veiculando o novo marco regulatório da exploração de Estação Aduaneira de Interior – EADI, mediante licença administrativa, esclarecemos que não é dada ao Administrador Público a discricionariedade de deixar de cumprir norma em vigor em função de outra que ainda não existe no mundo jurídico, nem se tem certeza de que virá a existir. Assim, a tramitação de projetos que visam estabelecer novas normas não pode paralisar a Administração e afastar a aplicação da legislação vigente, pois aí sim é que poderia surgir eventual insegurança jurídica. Salientamos que, embora o projeto de Medida Provisória tenha sido encaminhado ao Gabinete do Ministério da Economia, em 26 de julho de 2019, o processo retornou à RFB para ajustes no texto. Não há certezas, portanto, quanto a prazos e nem mesmo quanto à efetiva publicação da Medida Provisória. Além disso, importa mencionar que no texto proposto há previsão de migração de regime jurídico aos atuais permissionários e concessionários de serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias, os quais poderão solicitar transferência para o regime de

exploração de EADI, atendidas as condições estabelecidas pela RFB. Não há óbice, portanto, à continuidade do processo licitatório.

- 3.2. No que diz respeito à vedação da participação de consórcios, verifica-se que a opção ou não de autorizar a participação desse tipo de entidade empresarial deve estar devidamente justificada no edital. Essa recomendação encontra-se a título de observação no texto da minuta-padrão de edital de licitação instituída pela Portaria RFB nº 490, de 2019. Em observância, consta expressamente no item 2.2, inciso VI do edital da Concorrência SRRF10 nº 2/2019:

2.2 Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

...

VI - estejam reunidas em forma de consórcio, nos termos do disposto no art. 7º do Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº 7.004, de 9 de novembro de 2009.

- 3.3. A decisão pela vedação de participação de empresas em consórcio está amparada, portanto, no art. 7º do Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº 7.004, de 9 de novembro de 2009, que dispõe sobre a concessão e a permissão de serviços desenvolvidos em terminais alfandegados de uso público, e dá outras providências, abaixo transcrito:

Art. 7º Na concorrência, será permitida a participação de empresas em consórcio, exceto para a permissão de serviço público desenvolvido em terminais alfandegados de uso público.

- 3.4. Os próximos pontos impugnados referem-se a questões técnicas, relacionadas ao dimensionamento das áreas mínimas exigidas e ao valor e composição das tarifas. Antes de examinar as alegações trazidas, importa salientar que todas essas exigências foram fundamentadas em Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), que serviu de base tanto para a definição dos requisitos técnicos demandados do futuro permissionário do Porto Seco de Novo Hamburgo, quanto para fixação das tarifas máximas. Referido estudo foi elaborado conforme modelo padrão informatizado de estudo de viabilidade, desenvolvido por grupo de trabalho designado pela Coordenação de Administração Aduaneira (COANA), em conjunto com técnicos do TCU, e adotado para licitações de Portos Secos desde 2010, conforme informado nas considerações finais da Nota Técnica Coana/Cofia/Disec nº 2009/00416.
- 3.5. Passamos à análise dos requisitos técnicos impugnados.
- 3.6. No que se refere à altura mínima para o pé-direito da área fechada e coberta de armazenagem, trata-se de exigência técnica que pode ser alterada a critério da administração conforme a demanda a ser atendida. Houve no edital da Concorrência SRRF10 nº 2/2019, exemplificativamente, supressão de exigências de equipamentos entendidos como desnecessários ante a demanda estimada, tais como câmara frigorífica, silos, tanques, balança ferroviária, dentre outros, todos previstos no item 3.3.1 da minuta-padrão de edital. A título ilustrativo, verifica-se que em processos licitatórios para permissão ou concessão de serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias elaborados por SRRF de outras regiões fiscais houve alteração da altura mínima de pé-direito da área coberta de armazenagem para 8 metros. Citam-se os editais para instalação de Portos Secos em Anápolis e em Suape, cujos avisos de licitação foram publicados, respectivamente na página 74 da Seção 3 do DOU de 01/02/2018 e na página 76 da Seção 3 do DOU de 14/08/2012 (com retificações publicadas nas páginas 107 da Seção 3 do DOU de 17/01/2013 e 124 da Seção 3 do DOU de 24/01/2013). Dessa forma, considerando que o requisito é técnico, não há impeditivos para que, justificadamente, se exija altura de pé-direito superior aos 6 metros inicialmente definidos.
- 3.7. Todavia, analisando o EVTE, verifica-se que para cálculo do dimensionamento mínimo da área coberta de armazenagem foi considerado o empilhamento de até 02 paletes. Tendo em vista que a altura média de um paleta carregado é de 1,4 metros, conclui-se que não há necessidade de

alteração da altura mínima sugerida na minuta-padrão. Conclui-se, portanto, pela procedência da alegação da impugnante no que se refere à altura mínima do pé-direito da área coberta de armazenagem.

- 3.8. Quanto às áreas mínimas estipuladas para pátio externo e armazenamento de contêineres, a impugnante alega inadequação e propõe alteração. Em suas razões, se restringe a informar que as áreas mínimas exigidas são inferiores às que atualmente possui, não indicando quais critérios foram utilizados para definir as áreas sugeridas de 30.000 m² (trinta mil metros quadrados) para área de pátio externo e de 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados) para área de armazenamento de contêiner, que são, inclusive, inferiores às atualmente disponibilizadas pela permissionária (informa dispor de 70.000 m² de área pátio e 6.300 m² de área para armazenamento de contêineres). Tampouco aponta, objetivamente, quais critérios utilizados no EVTE para o cálculo das áreas mínimas estão equivocados.
- 3.9. A argumentação trazida pela impugnante de que as áreas mínimas exigidas no edital para pátio externo e armazenamento de contêineres restringem a competitividade na licitação é contraditória com sua proposta de aumento das referidas áreas, uma vez que a exigência de uma área menor amplia a competição, e não o contrário.
- 3.10. Não obstante as alegações da impugnante, as áreas constantes do edital foram dimensionadas de acordo com o que consta no EVTE, a partir da demanda efetivamente registrada no Porto Seco para o ano de 2017, sendo projetada uma taxa de crescimento de 3% ao ano. Todas as justificativas e critérios utilizados estão disponibilizados no documento, anexo ao edital. O dimensionamento tomou por base a estimativa de demanda projetada para o 5º ano (ano de 2023). Foi prevista a necessidade de armazenamento de 90% das cargas em área coberta e 10% na área de contêiner, bem como períodos de armazenamento de 38 dias para palete ou container e 3 dias para caminhões. Salienta-se que o percentual de desunitização de carga e períodos de armazenamento varia de acordo com cada recinto e região, razão pela qual foram adotados no EVTE os dados fornecidos pela única permissionária da região. Foram considerados, ainda, os seguintes critérios:
- a) Área para estacionamento de um caminhão: estimou-se que a área necessária para estacionamento de cada caminhão é duas vezes a área de um caminhão grande (2x45 m²);
 - b) Acréscimo da área dimensionada para o estacionamento de caminhões, para atender as áreas necessárias para controle de acesso de veículos, estacionamento de empilhadeiras e outros equipamentos, balança rodoviária, oficinas, estrutura de abastecimento de veículos, armazenamento de mercadoria perigosa ou avariada, dentre outros, nos seguintes percentuais: 30% na fase inicial, 20% no período do 6º ao 11º ano e 10% na fase restante;
 - c) Área para armazenamento de container: estimou-se que a área necessária para estacionamento de cada contêiner de 45m² e empilhamento de até duas unidades;
 - d) Área necessária para deslocamento/manobra de caminhões: 30% do total da área dimensionada para o estacionamento de caminhões;
 - e) Área coberta destinada à conferência de mercadorias: 2% do total da área dimensionada para o estacionamento de caminhões;
 - f) Área pátio destinada a caminhões com cargas perigosas: 20% do total da área dimensionada para o estacionamento de caminhões; e
 - g) Área para estacionamento de veículos pequenos: 5% do total da área dimensionada para o estacionamento de caminhões.
- 3.11. Dessa forma, entende-se que os valores adotados para áreas exigidas no edital para pátio externo e armazenamento de contêineres estão plenamente justificados, conforme parâmetros indicados no EVTE.

- 3.12. Com relação à tarifa de armazenagem, foi calculada a partir da Receita Bruta Esperada Total, computando-se as receitas anuais necessárias para cobrir todo o custo do investimento e despesas de funcionamento do Porto Seco, e ainda proporcionar lucro líquido. Foi adotada taxa de atratividade do projeto no valor de 10,4% ao ano, obtido pela metodologia do Custo Médio Ponderado de Capitais - WACC (Weighted Average Cost of Capital), apurado conforme avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional e demonstrada por meio de Nota Técnica disponibilizada em anexo ao EVTE. A discriminação detalhada dos custos do investimento e despesas de funcionamento do Porto Seco constam do EVTE. Neste item, novamente a impugnante não aponta objetivamente falhas de cálculo, apenas refere genericamente que os custos estão subestimados.
- 3.13. Importante referir que se encontra em andamento processo de licitação para instalação de Porto Seco na cidade de Caxias do Sul, de porte semelhante ao que será instalado em Novo Hamburgo, no qual foi adotada idêntica metodologia de cálculo para estabelecimento do valor máximo das tarifas. No referido processo licitatório, o valor da tarifa máxima de armazenagem fixada no edital é semelhante ao valor fixado para a tarifa ora discutida, sendo que houve participação de mais de uma empresa licitante, com apresentação de propostas. Se o valor máximo fixado no edital tivesse sido incompatível com os preços de mercado, o que tornaria o empreendimento inexecutável, tal como alega a impugnante, muito provavelmente a licitação teria sido deserta. Isso não foi observado. Registre-se que em outros Portos Secos em operação na 10ª RF e em outras regiões fiscais do País há valores de tarifa de armazenagem fixadas, inclusive, em valores mais baixos do que os ora discutidos. O fato de a tarifa atualmente cobrada ser superior àquela fixada no edital não comprova, por si só, a inviabilidade da tarifa máxima proposta.
- 3.14. Quanto às formas de cobrança pela armazenagem das mercadorias, na minuta-padrão há previsão para que o quantitativo de tarifas seja definido pela Superintendência, considerando as particularidades de cada recinto, podendo, inclusive, ser definida uma mesma tarifa para importação e exportação. Para os processos licitatórios em curso na 10ª RF optou-se por definir apenas uma tarifa para armazenagem, em percentual do valor CIF ou FOB, e uma tarifa de movimentação, em reais por metro cúbico. Para a tarifa de movimentação é facultado ao licitante a cobrança em reais por tonelada, aplicando-se para tanto o fator de conversão de 2,89, conforme disposto no edital.
- 3.15. Não há inovação quanto às formas de cobrança ora estabelecidas, visto que já adotadas em outras regiões fiscais. Vale referir, a título exemplificativo, o edital de licitação para instalação de Porto Seco nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca ou Cabo de Santo Agostinho, na região do Porto de Suape, em que houve previsão de duas tarifas, tal como está disposto no edital da concorrência para o Porto Seco de Novo Hamburgo: uma tarifa de armazenagem, expressa em percentual sobre o valor CIF da mercadoria importada ou FOB da mercadoria exportada, por um período de 10 dias ou fração; e uma tarifa de movimentação, expressa em reais (R\$) por metro cúbico ou fração. A classificação final publicada na página 103 da Seção 3 do DOU de 11/03/2013, indicou vencedora a empresa Wilson, Sons Logística LTDA, que apresentou proposta de tarifa de armazenagem de 0,044% e de movimentação de R\$ 3,58/m³. Desde 2013, referido Porto Seco vem operando com duas tarifas apenas, uma para armazenagem e outra para movimentação, o que demonstra a viabilidade da forma de cobrança adotada. Atualmente, considerando o último reajuste do contrato realizado em fevereiro de 2019, o valor da tarifa de movimentação é de R\$ 5,00 por metro cúbico, mantida a tarifa de armazenagem de 0,044% do valor CIF/FOB.

4. DA CONCLUSÃO

- 4.1. A Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria SRRF10 nº 182, de 29 de abril de 2019, face o exposto, propõe seja recebida a impugnação interposta pela empresa Multi Armazéns Ltda., CNPJ nº 02.252.501/0001-76, para, no mérito, declarar:

4.1.1. **PROCEDENTE** a impugnação, no que se refere ao pleito de redução da altura mínima do pé-direito livre dos armazéns de 8 (oito) para 6 (seis) metros.

4.1.1.4 Assim, o subitem 3.3.1, inciso V, a.1, do edital deverá ser alterado, para que conste da seguinte forma:

a.1) área fechada e coberta de armazenagem, com, no mínimo, 19.384 metros quadrados (armazém em paredes rígidas, piso pavimentado e nivelado, esquadrias e cobertura que proporcionem condições de segurança, pé direito livre de, no mínimo, 6 (seis) metros), com plataformas cobertas para carga e descarga nivelada com a altura dos veículos transportadores, com a indicação, na planta baixa, do lay-out de armazenagem de mercadorias a ser adotado pela permissionária, de modo que seja mantida separação física entre as mercadorias importadas, a exportar, as nacionais ou nacionalizadas e aquelas que tiverem sido apreendidas ou retidas pela RFB, no curso do despacho aduaneiro, no mesmo recinto;

4.1.2. **IMPROCEDENTE** a impugnação quanto às seguintes alegações:

- a) Insegurança jurídica provocada pela iminente publicação de Medida Provisória veiculando o novo marco regulatório da exploração de Estação Aduaneira de Interior – EADI, mediante licença administrativa;
- b) Vedação à participação em consórcio;
- c) Dimensionamento de área descoberta de apenas 7.817 m² (sete mil oitocentos e dezessete metros quadrados) para pátio de armazenagem, manobras, estacionamento de veículos, reboques, entre outras atividades, incompatível com o objeto da permissão;
- d) Dimensionamento de área de armazenamento de contêiner de apenas 148 m² (cento e quarenta e oito metros quadrados) incompatível com o objeto da permissão;
- e) Falha na composição das tarifas.

Entendendo que foram cumpridas as normas legais pertinentes, e que o interesse público foi atendido, vimos colocar este relatório a sua apreciação.

Porto Alegre/RS, (datado digitalmente).

(Assinatura digital)

Guilherme Rabello Marques
Presidente da Comissão de Licitação

(Assinatura digital)

Aline Pereira Denardin Mariotti
Membro da Comissão de Licitação

(Assinatura digital)

Fabiana Scarrone Cavalli
Membro da Comissão de Licitação

(Assinatura digital)

Luiz Carlos Borba Brasil Matos
Membro da Comissão de Licitação

(Assinatura digital)

Fábio Antônio Silveira Balestreri
Membro da Comissão de Licitação



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por GUILHERME RABELLO MARQUES em 22/11/2019 15:59:00.

Documento autenticado digitalmente por GUILHERME RABELLO MARQUES em 22/11/2019.

Documento assinado digitalmente por: FLAVIO ANTONIO SILVEIRA BALESTRERI em 22/11/2019, LUIZ CARLOS BORBA BRASIL MATOS em 22/11/2019, FABIANA SCARRONE CAVALLI em 22/11/2019, ALINE PEREIRA DENARDIN MARIOTTI em 22/11/2019 e GUILHERME RABELLO MARQUES em 22/11/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUILHERME RABELLO MARQUES em 25/11/2019.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP25.1119.11141.RWX4

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

47CB38F840928A59526647F970199971BE0E70FF3FB68C26ABE6B1F6731DB82F